



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarström**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autores(es/as): **GIOVANNI RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação do teor de ferro nas folhas de cinco espécies florestais, como indicador da qualidade do ar (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDÓ, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): **ANA KARLA PAZDA**)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **Carlos Odilon da Costa**)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): **Gláucia Cardoso de Souza**)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): **Jefferson de Queiroz Crispim**)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): **Jose Antonio da Rocha**)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): **Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola**)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): **Ramon de Oliveira Bieco Braga**)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): **Ramon de Oliveira Bieco Braga**)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): **Rosana Cristina Biral Leme**)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): **SILVANA DE JESUS GALDINO**)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): **Valkiria Trindade de Almeida Santos**)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): **ALCIMAR PAULO FREISLEBEN**)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): **Andrea Aparecida Inacio da Silva**)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): **ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY**)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): **CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA**)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): **Carlos Roberto Scheibel**)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): **Cristiane Mansur de Moraes Souza**)
ABORDAGEM ETNOPEDOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): **Juliano Strachulski**)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): **Milson Betancourt**)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): **Sandy Rafaela Krambeck**)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (**autor(es/as): Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (**autor(es/as): Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (**autor(es/as): Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (**autor(es/as): Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (**autor(es/as): Sigrid de Mendonça Andersen**)

TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (**autor(es/as): Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (**autor(es/as): Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (**autor(es/as): Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Aráoz: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (**autor(es/as): Alan Ripoll Alves**)

DAMATAS NATURAIS AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (**autor(es/as): Brena de Castro Costa**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (**autor(es/as): Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (**autor(es/as): Elisângela Ferreira Menezes**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (**autor(es/as): Rafael Benevides de Sousa**)



Transformaciones socio-espaciales, integración suramericana y formas de producción de exclusión, dominación y pobreza: una mirada a las territorialidades amazónicas

Milson Betancourt Santiago

Doctorante Geografia

Universidade Federal Fluminense

Resumen

Los territorios rurales de América Latina viven intensos procesos de transformación de las lógicas de uso, organización y relacionamiento que indican significativos cambios en las formas de ser, pensar y hacer en/con los espacios/territorios. La punta de lanza de estas transformaciones son los procesos de desarrollo que introducen lógicas y dinámicas hegemónicas y homogénicas en los territorios en el marco de la reproducción del capitalismo mundial. Los impactos de estos procesos son diversos y contradictorios, su expresión depende en gran medida de la forma como se construya la relación de las territorialidades y territorializaciones homogénicas y hegemónicas, con las territorialidades y territorializaciones diversas existentes en cada lugar. En esta compleja relación se vienen reconfigurando las formas de saber y hacer arraigadas en las poblaciones locales, así como sus racionalidades ambientales.

El presente ensayo propone que las transformaciones socio-espaciales y por tanto de saberes-haceres, impulsadas por el plan de integración territorial suramericana (IIRSA) generan formas de producción de dominación, exclusión, pobreza y desigualdad, además de pérdida de racionalidades ambientales y sustentabilidad de las formas de vida existentes. El ensayo pretende discutir como la afectación de territorios de pueblos indígenas, campesinos y comunidades tradicionales, se ha intensificado con los procesos de integración suramericana, especialmente en torno a los diferentes ejes de la Iniciativa para la integración de La infraestructura suramericana (IIRSA).

El ensayo también quiere destacar que estos procesos de transformación no suceden sin la r-existencia de los pueblos del lugar, de tal forma que el discurso y la práctica del episteme moderno-técnico-científico que sostiene la imposición del desarrollo, se las tiene que ver con epistemes arraigados en los territorios, en el ser, saber y hacer de



campesinos, indígenas y comunidades tradicionales, que desde sus epistemes de sociedad, tiempo y espacio r-existen. Estos actores han sido centrales en el contexto de la búsqueda de nuevos horizontes de pensamiento, vida, relacionamiento con la naturaleza, que retan de diferentes maneras el mantenimiento y reproducción de las formas socio-espaciales de ser, pensar y vivir del capitalismo. Al retar la matriz territorial, de saber y poder del capitalismo, constituyen fuentes para la renovación epistémico-política de las alternativas progresistas.

1. Las territorialidades de pueblos indígenas, campesinos, comunidades tradicionales y la integración Suramericana: conflictos por tierra-territorio-naturaleza

En América del Sur existe diversidad de formas de vida de comunidades indígenas, campesinas, tradicionales, que interactúan entre sí, y con la naturaleza, desde siglos y que han constituido territorialidades, formas de relacionarse con la naturaleza constitutiva de principios y formas de organización económica, social y política. Estas territorialidades son violentadas hoy en día por medio del discurso y práctica desarrollista, extractivista, economicista, que está en la base del proyecto hegemónico de integración de América del Sur.

El IIRSA, como política central de la integración suramericana, es la punta de lanza de la ideología desarrollista, contiene un proyecto espacial de integración territorial, y se constituye en un proyecto de saber-hacer, de territorialidad hegemónica, que por medio de un poder-saber se territorializa. Se trata de una integración de los territorios funcional a la reproducción de la economía capitalista, y que por esta vía quiebra las economías de subsistencia, la soberanía alimentaria, los sistemas agroalimentarios locales, en fin las formas de vida sustentable que aún existen en múltiples espacios de la geografía suramericana.

Esta perspectiva crítica del desarrollo realmente existente, explica la relación planteada por diferentes autores entre colonialismo y desarrollo. Para Porto (2009: 45) “la tercera colonialidad se afirmó sobre la idea del desarrollo”¹. Según Latouche “si el desarrollo no

¹ Porto-Gonçalves señala que la primera colonialidad se afirmó en nombre de la fe cristiana, la segunda colonialidad en nombre de la fe en la ciencia y la tercera colonialidad en nombre de la idea del desarrollo.





fue más que la continuación de la colonización por otros medios, la nueva mundialización, a su vez, no es más que la continuidad del desarrollo con otros medios” (Latouche 2003: 13). Leff completa afirmando que la geopolítica del desarrollo “se inscribe dentro de una geopolítica del conocimiento, en estrategias de poder en el saber donde juega por una parte el conocimiento hegemónico producido por el modelo de la civilización europea, y por la otra los saberes excluidos, subyugados, colonizados (Leff, 2000: 131).

Si tenemos en cuenta que la integración suramericana, se da bajo el argumento del desarrollo regional, bien podemos entonces sostener la existencia de una relación entre integración y colonización. Una integración, basada en una materialidad denominada “ejes de integración”, que contienen una política, un saber y una violencia, que coloniza la diversidad de formas de vida, de territorialidades y temporalidades, que según el modelo hegemónico de vida capitalista, no tienen espacio para reproducirse, ocupan tierras que no producen, no deben entonces más existir, tienen que desarrollarse. Se legitima entonces su colonización.

Es en este marco que surgen una variedad de conflictos por tierra-territorio-naturaleza, cada vez más en aumento en el continente, que son la “puesta en escena” de la contradicción entre la entrada de las lógicas y dinámicas homo-hegemónicas de reproducción del capital y las respuestas, cada vez más diversas y articuladas, de las poblaciones locales, frente a un núcleo de actores en donde sobresalen el Estado, la cooperación internacional para el desarrollo y las empresas nacionales y multinacionales.

Esta “puesta en escena” de las contradicciones es quizás más visible en los territorios de frontera en la amazonia, ya que de ser considerados territorios “salvajes” “inhóspitos” e “incivilizados”, de colonización y apertura de la frontera agraria, habitados por gentes “incultas” o a veces también supuestamente “deshabitados”, se convierten en el transcurso de las últimas décadas en los territorios en donde el capital y el desarrollo prometen progreso y riquezas, para las poblaciones locales y para la nación. Estos territorios de frontera en la amazonia enfrentan con especial fuerza la arremetida de un gran número de proyectos de infraestructura vial, energética, extracción de minerales, madera, biodiversidad, ampliación de la ganadería y la agroindustria, entre otros.

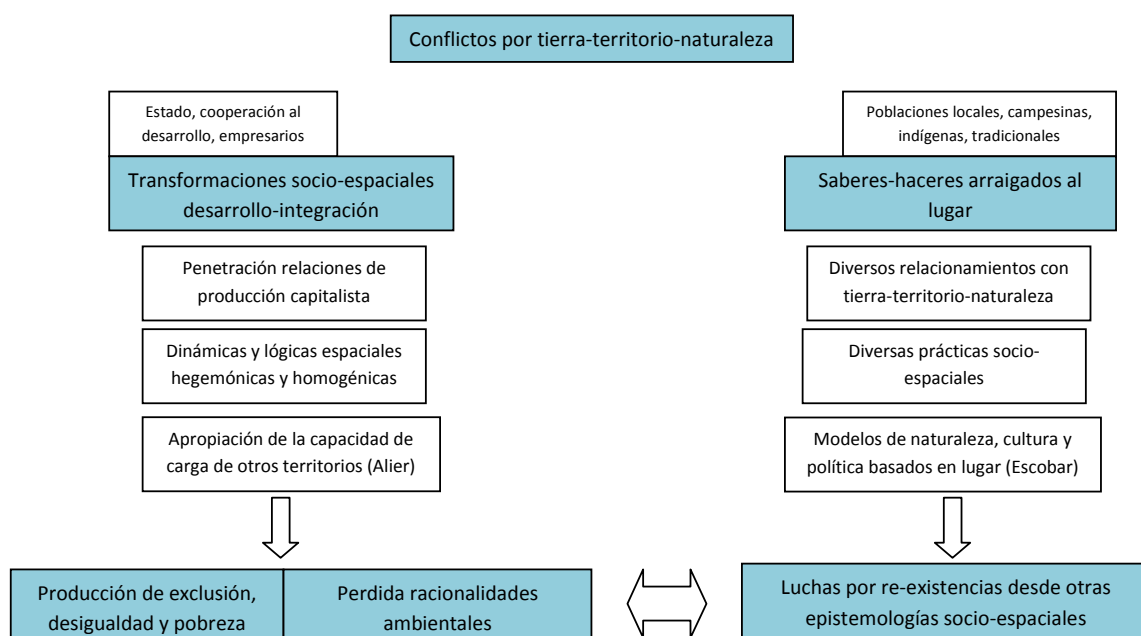
Los conflictos por tierra-territorio-naturaleza en territorios de frontera en la amazonia encierran todo un repertorio de luchas, estrategias, significados, simbolismos, ideologías, epistemes, poderes, violencias físicas y simbólicas, “relaciones sociales en acción” y “sistemas culturales” (Caplan 1995). En este complejo campo es necesario indagar las



formas cómo estos procesos se construyen discursivamente y se materializan, con el objetivo de avanzar en la comprensión sobre cómo la reconfiguración de saberes-haceres y la transformación socio-espaciales inducida por la integración, produce: a) procesos de producción de dominación, exclusión, desigualdad y pobreza, y, b) pérdida de sustentabilidad y equilibrio medioambiental.

La afectación de territorios de pueblos indígenas, campesinos y comunidades tradicionales, se ha intensificado con los procesos de integración suramericana, especialmente en torno a los diferentes ejes de la Iniciativa para la integración de a infraestructura suramericana (IIRSA). América Latina vive numerosos conflictos por tierra-territorio-naturaleza, entre el modelo de desarrollo hegemónico y la vida y lucha de campesinos e indígenas. Desde el extremo norte en la Guajira con los Wayus y la explotación de carbón, hasta el sur de la Patagonia con los Mapuches, y las empresas forestales, las economías de extracción vienen buscando su dominio cada vez más intenso de espacios de explotación, en las zonas de influencia de los ejes de integración del IIRSA.

A continuación se presenta un breve croquis sobre los principales elementos conceptuales que se expondrán:





2. Las transformaciones espaciales de la integración suramericana y los conflictos por tierra-territorio-naturaleza.

Las políticas de integración y desarrollo han significado la inserción de los territorios rurales en los procesos de comercio internacional y con ello en las lógicas y dinámicas de reproducción y ampliación del capitalismo mundial como rasgo central de la globalización (Latouche, 2003; Harvey, 2007; Santos, 2000). Estas lógicas y dinámicas, según Latouche permiten definir al desarrollo realmente existente “como una empresa dirigida a transformar en mercancías las relaciones de los hombres entre sí y con la naturaleza” (Latouche, 2003: 13) o como lo define Mançano (2009: 7) “penetración de las relaciones de producción capitalistas en el campo”. De esta manera las intervenciones en nombre del desarrollo rural han transformado, no solamente las formas de uso, acceso y tenencia de la tierra-territorio, sino también las relaciones entre sociedad y naturaleza.

Las políticas de desarrollo rural y la integración de los territorios al capitalismo mundial han tenido un inmenso impacto en las configuraciones geográficas de los mundos rurales. Las expresiones e impactos de estas transformaciones socio-espaciales son diversas, en tanto son diversos los territorios en donde tienen lugar. Las transformaciones socio-espaciales en el marco del desarrollo rural son el resultado del binomio poder-saber (Foucault) en una intervención planeada, sistemática, extendida y controlada por agentes desarrollistas durante los últimos 60 años. Esta sistemática intervención, “tecnología política” que vincula “formas sistemáticas de producción de conocimiento” con formas de poder (Escobar, 1999:25) vienen transformando de diferentes maneras las formas de producción de territorio, territorialidad y territorialización. Esta “voluntad de poder espacial es uno de los rasgos esenciales del desarrollo” (Slater, 1993 Citado por Escobar, 1999) y está relacionada con el sometimiento de los territorios a las “exigencias territoriales y culturales del proyecto de modernidad capitalista” (Escobar, 2005: 55). Son estos los antecedentes ideológicos que deben ser tomados en cuenta cuando se debate el sentido de la integración de Suramerica.

El proceso de inclusión de los territorios al capitalismo mundial ha sido el motor de la producción de lógicas y dinámicas hegemónicas y homogénicas en los procesos sociales e históricos de construcción de espacios y territorios (Amin, 2005; Harvey, 1998; Mançano, 2009; Santos, 2000). Según Harvey la acumulación de capital está reconstruyendo constantemente ese poder social por medio de la “reconfiguración de sus bases





geográficas”, por ello en la sociedad capitalista “el dominio simultaneo del tiempo y el espacio constituye un elemento sustancial del poder social” en donde los “ritmos espacio-temporales” organizados del capitalismo proporcionan circunstancias para la socialización de los individuos en roles distintivos. De donde Harvey afirma que toda “lucha por reconstituir relaciones de poder es una lucha por reorganizar sus bases espaciales”. La centralidad de estas luchas en el capitalismo se ve en la historia de su organización territorial, en el materialismo histórico-geográfico del capitalismo, “de la colonización y el imperialismo, del desarrollo geográfico desigual, de las contradicciones urbanas y rurales así como del conflicto geopolítico”. Esta dinámica, que crea las condiciones para la reproducción y avance del capitalismo hunde sus raíces en sistemas de pensamiento, procesos y prácticas espacio-temporales hegemónicas características de la modernidad (Harvey, 1998: 251-267).

El desarrollo y el conflicto agrario son siguiendo a Mançano “procesos inherentes de la contradicción estructural del capitalismo” que producen simultáneamente la “territorialización-desterritorialización-reterritorialización de diferentes relaciones sociales”. La conflictualidad y el desarrollo van de la mano “promoviendo la transformación de territorios, modificando paisajes, creando comunidades, empresas, municipios, cambiando sistemas agrarios y bases técnicas, complementando mercados, rehaciendo costumbres y culturas, reinventando modos de vida” (Mançano, 2009: 4).

3. El IIRSA como integración territorial del capital y quiebra de economías de buen vivir y soberanía alimentaria.

El “impacto” de esta intervención en los territorios rurales del mundo mayoritario es y ha sido catastrófico para las poblaciones y el medio ambiente. Según Amin el mundo rural y su cultura agrícola ha mutado de un “modo integral de vida”, tendríamos que añadir *diversidad de modos integrales de vida*, a un “modo integral de obtener ganancias”, en donde más allá de las “coyunturas locales concretas” la pauperización urbana y el desplazamiento de la población rural es en gran medida “el producto de la crisis de los mundos campesinos desintegrados o en vías de serlo”, en las periferias del sistema mundial (Amin, 2005: 355).





Reconfiguraciones socio-espaciales y de saberes-haceres.

Las transformaciones socio-espaciales introducidas por el desarrollo no ocurren espontáneamente, sino que el desarrollo tiene ligado un saber-hacer que a través de dinámicas de poder se territorializa. Así mismo, desde la escala local, los saberes-haceres han sido contruidos en/con un territorio en el marco de procesos de construcción de identidades y subjetividades arraigados al lugar, “place-based models of nature, culture, and politics” en términos de Escobar (2001: 141).

Las luchas entre los modelos de naturaleza, cultura y política basados-en-lugar frente a los modelos de desarrollo son entonces luchas por formas de vida, de ser, saber y hacer ligadas a territorios, territorialidades y territorializaciones diferenciadas. En el marco de estas espacialidades existen otras epistemologías, desde donde es posible construir “pensamiento crítico y práctica social de resistencia y creación alternativa” (Escobar, 2005: 15) frente a las dinámicas hegemónicas y homogénicas territoriales, de ser, pensar y hacer. La transformación socio-espacial inducida por el desarrollo puede ser vista entonces como epistemicidio, en el sentido de muerte de conocimientos alternativos arraigados a un lugar.

Las relaciones dialécticas entre transformación del espacio y saber-hacer asociado a él son inseparables, por ello toda introducción de lógicas y dinámicas sobre los territorios, significan una transformación de las construcciones de identidades y significados que representan un determinado modelo de vida y relacionamiento con la tierra-territorio-naturaleza. El privilegio de los análisis económicos del desarrollo, oculta estas otras dimensiones entre saber, poder y espacio en los procesos de desarrollo, que de manera más compleja, profunda y multidimensional producen dominación, exclusión, pobreza y desigualdad.

Como nos recuerda Shiva (2008) la dominación no comienza por lo económico, sino por lo cultural, y son estas las formas de dominación que más perduran en los tiempos-espacios. Por ello Escobar (2005: 55) nos advierte que el desarrollo debe ser considerado en “su triple dimensión de transformación simultánea en el plano económico, ecológico y cultural”. El discurso del desarrollo “inevitabilmente contiene una imaginación geopolítica que ha dominado el significado del desarrollo durante más de cuatro décadas”, en donde la producción social del espacio está ligada a la producción de diferencias, subjetividades y órdenes sociales (Escobar, 1999: 30).



De acuerdo con Leff la geopolítica del desarrollo “se inscribe dentro de una geopolítica del conocimiento, en estrategias de poder en el saber” (Leff, 2000: 131). Se entiende porque para Serge “el desarrollo es en últimas, en cualquiera de sus variaciones, un proyecto civilizatorio” en el que por medio de diversos instrumentos se sitúa a grupos y sus paisajes “en un nuevo mapa de conexiones y relaciones” que representan un “desplazamiento de sentido” (Serge, 2010: 18). O como afirma Leff “una artimaña para inducir en las culturas locales el pensamiento único y el saber de fondo de la racionalidad económica de un mundo hegemónico en el que no caben “otros mundos” (Leff, 2004: 126). En este contexto el desarrollo-subdesarrollo es quizás la categoría dual de racismo y dominación cultural más difundida en el mundo, en donde se reproduce el colonialismo sobre el pensamiento de los subdesarrollados, por medio de la colonialidad del saber y el poder, que construye imaginarios sobre el desarrollo ligado a ideas de progreso, modernización “procesos en los que, los pueblos han ingresado al mito de la evolución ascendente, inevitable, necesaria y deseable” (Quijano, 2006: 10).

La construcción simbólica y material de este mundo hegemónico y homogéneo (hege-homogéneo) se basa en un saber-hacer impuesto por un poder, que al colonizar “el espacio de la representación (...) excluye las alternativas y paraliza la imaginación” (Escobar, 1996). El desarrollo como idea y como práctica cultural, como pensar-acción se ha establecido de tal manera en la realidad material y simbólica, que pareciera que todo lo anula, generando la invisibilización de los saberes, opciones y acciones de emancipación (Ceceña, 2008).

El análisis de la relación entre espacio, saber y poder

El análisis de las relaciones entre espacio, saber y poder son entonces fundamentales para comprender los cambios epistemológicos ligados a las transformaciones territoriales que induce el desarrollo. En las ciencias sociales estas perspectivas de análisis han tenido poca atención. Este vacío se explica, en primer lugar, por el marcado carácter historicista y sociologista de las ciencias humanas, que provoca el privilegio de análisis históricos de la epistemología, negando e invisibilizando las relaciones dialécticas entre espacio y saber. La negación es evidente, basta solo ver el significado de episteme en el diccionario de la Real Academia: “Conjunto de conocimientos que condicionan las formas de entender e





interpretar el mundo en determinadas épocas”², como si sólo las “épocas” determinaran las transformaciones epistemológicas. Aquí se entiende la afirmación de Foucault sobre la obsesión historicista que significó “una descalificación del espacio” al considerarlo como “muerto, fijado, lo no dialéctico, lo inmóvil” mientras que “por el contrario, el tiempo era rico, fecundo, vivo, dialéctico” (Foucault 1992: 126).

Sin embargo en las últimas décadas la perspectiva espacial, ha venido enriqueciendo la teoría social³, ampliando el horizonte de la “imaginación geográfica” por medio de un mejor equilibrio de las dimensiones históricas y geográficas de los procesos sociales, un equilibrio en la “dialéctica del ser” entre espacialidad, historicidad y sociabilidad, que operan en el nivel de la ontología, la epistemología, la práctica y los estudios teóricos y empíricos (Soja 1997: 73). Hoy se reconoce que los ordenamientos simbólicos del espacio y el tiempo constituyen “un marco para la experiencia por el cual aprendemos quiénes y qué somos en la sociedad” (Harvey 1998: 239). Desde la sociología de igual manera se afirma que “las formas temporales, o las estructuras espaciales, estructuran no sólo la representación del mundo del grupo sino el grupo como tal, que se ordena a sí mismo a partir de esta representación” (Bourdieu 1977: 163). En un sentido similar, y nuevamente desde la geografía, Porto- Gonçalves (2001: 42) plantea que “o território não é algo anterior ou exterior à sociedade” (...) “o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização”.

Si el territorio es entonces un elemento que se determina en el proceso social, pero que a la vez determina el proceso social, entendemos que al introducir transformaciones espaciales de acuerdo a las lógicas y dinámicas del capitalismo por medio del “desarrollo” impulsado por la integración hegemónica suramericana, no sólo se transforma el territorio y la naturaleza, sino toda la sociedad, así como sus características ontológicas, epistemológicas y axiológicas.

² Diccionario de la Real Academia Española de la Lengua. Edición 22.

³ En un trabajo anterior (Betancourt 2008) discutimos los fructíferos aportes del diálogo entre teoría social y teoría geográfica, en aquella ocasión llamando la atención sobre nuevas perspectivas, conceptos y teorías que la investigación sobre territorio y conflicto armado en Colombia podría aprovechar para asumir el estudio de fenómenos más allá de los clásicos controles físico-territoriales de los actores armados, para cuestionarse, por ejemplo, la guerra como proceso de construcción material y simbólica de espacio y sociedad en el marco de las necesidades espaciales del desarrollismo y el capital, entre otras muchas perspectivas de análisis posibles.





4. Producción de dominación, exclusión, pobreza y desigualdad.

Cuando se habla de construcción/producción de dominación, exclusión, desigualdad y pobreza se quiere acentuar el hecho de que son “construcciones sociales que se desarrollan y consolidan a partir de estructuras, agentes y procesos que les dan una forma histórica concreta” (Cimadore, 2008b: 9) y obviamente agregamos geográfica. En América Latina el crecimiento económico, de la mano de las políticas de desarrollo, no se ha traducido en un “desarrollo humano sustentable” o “vivir bien” o “Suma Qamaña”.

Se ha constituido en la literatura central como punto común resaltar las tendencias de marginalización y pauperización, la producción de desigualdad, dependencia y con ello pobreza, que el capitalismo extiende a los territorios. El desarrollo en América Latina no ha logrado reducir los niveles de desigualdad, por el contrario son cada vez más altos, siendo la región más desigual del mundo. Existen razones estructurales que explican esta situación. La desigualdad genera pobreza, y la pobreza y la desigualdad son construcciones sociales en los que interactúan factores económicos, sociales, políticos y culturales, que pueden ser analizados en el corto, mediano y largo plazo (Cimadore 2008b), desde perspectivas históricas y geográficas.

Las investigaciones sobre desarrollo, dominación y pobreza se han centrado en el análisis económico de las estrategias desarrollistas y su impacto en los países y poblaciones del mundo mayoritario. Dentro de la teoría crítica latinoamericana la perspectiva sobre dependencia y desarrollo (Cardoso y Faletto, 2007) influenció toda una tradición de investigaciones que buscaban demostrar el carácter dependiente de las economías de la regiones periféricas, frente a los centros hegemónicos. Análisis más recientes, con interpretaciones más flexibles y sofisticadas de las relaciones de poder asimétricas a nivel mundial en un contexto de la globalización y el “capitalismo informacional” (Castells, 1998) reactualizan las teorías de la dependencia, pero mantienen la perspectiva económica del poder. En el marco del programa de investigaciones sobre pobreza de CLACSO-CROP⁴ los trabajos publicados plantean un análisis más complejo de las relaciones de poder en especial con los ámbitos de producción, mercado y distribución en el contexto de las reformas neoliberales, como formas de producción de dominación y pobreza, (Cimadore,

⁴ Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y Comparative Research Programme on Poverty.





2008a; 2008b). Álvarez (2008) sobre el estudio de la pobreza en el pensamiento latinoamericano señala estos temas como los principales ejes de interpretación del fenómeno de la pobreza, la desigualdad, la dominación y la exclusión.

Tenemos trabajos que han incursionado en la relación entre espacio, dominación y pobreza, por medio de un análisis geográfico del capitalismo mundial, sus necesidades espaciales y su capacidad constructiva y destructiva permanente (Harvey, 2007). Otros trabajos se han interesado por la exclusión espacial, particularmente en las áreas urbanas, así como los problemas de acceso a tierra en el caso de la pobreza rural (Deininger, 2005). La tradición de análisis cultural de las construcciones de dominación y pobreza ha sido entonces más bien marginal en las ciencias sociales, más aún si se le vincula con cuestiones espaciales y de producción de saberes-haceres. Tal vez el marcado carácter economicista de los conceptos de dominación y pobreza explica esta tendencia, que invisibilizan las relaciones de poder en el marco de transformaciones socio-espaciales y de saberes-haceres en las políticas de desarrollo, como formas de producción de dominación, exclusión, pobreza y desigualdad.

Hacia un giro geográfico y epistemológico en los estudios de dominación y pobreza

*“no hay justicia social global sin justicia cognitiva global”
(Santos, 2008b: 110)*

La investigación sostiene que la pérdida/reconfiguración de saberes-haceres arraigados al lugar en el marco de las transformaciones socio-espaciales del desarrollo produce dominación, exclusión, desigualdad y pobreza. Estos cuatro fenómenos se encuentran interrelacionados, y pueden ser vistos como diferentes caras de un mismo proceso. En sus interacciones especialmente, y sólo como forma de organizar el análisis identificamos dos binomios: dominación- exclusión y desigualdad-pobreza. Frente a estos binomios hemos visto como la globalización económica genera “una retotalización del mundo bajo el valor unidimensional del mercado, sobreexplotando la naturaleza, homogeneizando culturas, subyugando saberes y degradando la calidad de vida de las mayorías” (Leff, 2004: 36). El desarrollo como discurso y práctica, está sustentado sobre una forma de dominación cultural y no olvidemos que la dominación no comienza por lo económico, sino por lo cultural (Shiva, 2008). Es importante subrayar el carácter de dominación cultural que implica el desarrollo porque son estas las formas de dominación que mayor perduran y las



que limitan la configuración de resistencias y emancipaciones desde otras fuentes epistemológicas.

La dominación cultural va de la mano con la asimilación/exclusión, con la diferenciación, con la producción de inferioridad en el marco de la “monocultura del saber”, que genera epistemicidios (Santos, 2008b: 113). La dominación y la pobreza no sólo se relaciona con la pérdida de acceso a la tierra o a la naturaleza, factor importante analizado por estudiosos críticos del desarrollo rural, sino también con la pérdida-reconfiguración de saberes-haceres, que determina una valoración y relacionamiento distinto con la tierra-territorio-naturaleza, introduciendo formas de ser, saber y hacer subordinadas y dependientes a las lógicas y dinámicas hegemónicas y homogénicas del capital sobre los territorios.

El sociólogo Santos afirma que el pensamiento occidental hegemónico produce una serie de “ausencias”, que son formas de negación e invisibilización de otros, e inferiorización de otras culturas, ideas, saberes, haceres, formas de ser, que son desde el principio descalificadas por la racionalidad imperante. Estas “ausencias” se producen a través de cinco monoculturas: a) La monocultura del saber, que plantea que sólo el conocimiento científico, es conocimiento; b) La monocultura de las clasificaciones sociales, que afirma que algo es inferior o superior a otro, naturalizando y jerarquizando las diferencias; c) La monocultura del tiempo lineal, que considera que la línea de tiempo es única, y que frente a ésta algunos van más adelantados que otros, de donde se derivan que países o pueblos puedan ser avanzados, atrasados o residuales; d) La monocultura de separar lo local de lo global, llamando local a aquello que es particular, diferente, como forma de descalificación; e) La monocultura de la productividad capitalista, que postula que algo es productivo, útil, sólo de acuerdo al sistema de valores, tiempo y espacio de la producción capitalista. De acuerdo con Santos estas monoculturas de la racionalidad imperante producen al ignorante, al inferior, al residual. Esta serie de ausencias en el conocimiento, no solamente producen “inferioridad” de los otros, sino que legitiman, profundizan y naturalizan esa inferioridad (Santos, 2008b 104-110).

Pérdida de racionalidades ambientales y sustentabilidad.

Frente al tema ambiental el desarrollo realmente existente significa la introducción de racionalidades propias de la modernidad capitalista, la “racionalidad económico-





tecnológica”, que se encuentra en el origen del desequilibrio ambiental (Leff, 2000: 35). El avance de un modelo espacial de integración al capitalismo significa un modelo de desarrollo, basado en una integración que privilegia la integración de las infraestructuras energéticas y de comunicación, al servicio de la minería y la extracción de recursos naturales. Un modelo que hoy sabemos claramente está en la base de las causas de las crisis ambiental, social, alimentaria y energética.

El mundo vive actualmente la concurrencia de dos crisis que afectan el equilibrio de los seres humanos con la tierra: la crisis ambiental y la crisis alimentaria. La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, FAO, estima que continuarán tiempos de grandes catástrofes naturales y de profundización de hambrunas, que afectarán especialmente a los países del sur. Estas dos crisis se relacionan interdependientemente con otra crisis: la crisis energética. Las lógicas y dinámicas que están a la base de estas tres crisis son difícilmente influenciables en el campo internacional, especialmente por la fuerte dinámica del capital internacional, que define los espacios y flujos de producción y exportación de energía y alimento.

En el panorama de la integración suramericana, los ejes de integración son pensados para integrar las infraestructuras, de cara a mejorar las condiciones de competencia en la exportación de minerales, alimentos y agrocombustibles. Tres sectores que están ligados a las crisis mencionadas, y que en lugar de producir bienestar, producirán riqueza para algunos, pobreza para muchos, además de deterioro ambiental sobre los nuevos territorios integrados.

5. La amazonia Andina

Según cifras de la Comunidad Andina, los países andinos, Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia, cuentan con cerca del 30% de la cuenca Amazónica. El tamaño de la región andino-amazónica es más de 2,3 millones de kilómetros cuadrados. En un espacio de 10 Km² de la selva amazónica pueden existir 760 especies de árboles, 125 clases de mamíferos, 400 tipos de aves, 100 de reptiles y 60 de anfibios y cada árbol puede albergar 400 especies de insectos. Además alrededor de la región Andino-Amazónica es territorio indígena, pero en rigor toda la región es fruto de una relación entre humano y tierra-territorio-naturaleza milenaria. Por siglos el manejo y uso sabio de los recursos naturales



ha formado parte de la vida para numerosos pueblos indígenas pero este modelo armónico ha sido puesto en peligro.

El aumento de conflictos por tierra-territorio-naturaleza es especialmente intenso en la amazonia, ya que de su condición de ser considerado como territorio marginal, periférico, para la construcción de los estados naciones, se convierte, frente a los actuales planes de integración suramericana, en el territorio central del inmenso territorio suramericano. La amazonia pasa a ser atravesada por una lógica y dinámica de flujos, que constituyen los múltiples “ejes de integración” de acuerdo a la terminología del IIRSA (Véase mapa 1).

El diseño de los ejes de integración, y el tipo de desarrollo que se instala con ellos, obviamente no ha sido consultado, ni atiende las necesidades, intereses, visión de mundo, de las poblaciones locales. Los mismos documentos oficiales del IIRSA son útiles para observar el objetivo manifiesto de esta integración: “los ejes y los flujos tiene el objetivo de conectar puertos y la integración regional debe cumplir el papel de integrarnos competitivamente a los mercados mundiales” (www.iirsa.org).

Mapa1. Los ejes de integración del IIRSA. Detalle Amazonía.



Fuente: www.iirsa.org



El hecho de ser territorio atravesado por los ejes de integración ha determinado una suerte de interés del gran y mediano capital para invertir en hidroeléctricas, minería, agroindustria, infraestructura vial, biodiversidad, ganadería, entre otros procesos económicos que se establecen allí para explotar al máximo las tierras ubicadas en los ejes de integración mirando hacia las posibilidades de exportación de estos recursos y afectando la convivencia establecida por comunidades indígenas y campesinas en estos territorios.

La coincidencia entre afiliación étnica y marginalización cultural, social, política y económica ha sido una constante. El respeto de sus territorios sigue siendo la principal demanda de los pueblos indígenas. El reconocimiento pleno de los derechos de acceso y uso de tierra-territorio y recursos naturales encuentra dos obstáculos: Por un lado los problemas de concentración en pocas manos de las mejores tierras por parte de personas individuales o empresas agrícolas; por otro lado, la continuidad de modelos de “desarrollo” basados en la capitalización y aprovechamiento de los recursos naturales, en función de intereses de producción y externalización de las tierras y territorios indígenas. Estos modelos de desarrollo son funcionales a la producción y reproducción de las inequidades en el acceso a la tierra y pone en peligro la subsistencia de los pueblos indígenas, pues limita las economías indígenas y sus formas culturales de relacionamiento con la naturaleza.

Es en este contexto que en la recién pasada cumbre de la Rio+20 la delegación de los pueblos indígenas dejó claro que para ellos es central el fortalecimiento de diversas economías locales y la ordenación autónoma de sus territorios, que es la base del Buen Vivir/Vivir Bien. Según su declaración continuarán fortaleciendo y defendiendo sus economías y el ejercicio de sus derechos a sus tierras, territorios y recursos, en contra de las industrias extractivas, las inversiones depredadoras, la apropiación de tierras, los reasentamientos forzados y los proyectos de desarrollo insostenibles, que incluyen “las represas a gran escala, las plantaciones, la infraestructura a gran escala, la extracción de arenas de alquitrán y otros mega-proyectos, así como el robo y la apropiación de nuestra biodiversidad y conocimientos tradicionales”.

El actual proceso de integración de las infraestructuras de Sur América, por medio del IIRSA, con todos los megaproyectos involucrados, viene a constituirse en la principal amenaza para la vida y los territorios indígenas de centenares de comunidades que han sabido vivir en equilibrio con la naturaleza. De la atención que le demos al respeto de estas territorialidades dependerá si estamos construyendo una integración al servicio de la





integración de los pueblos, o una integración al servicio del capital, que como se mostró, se convierte en una integración para la exclusión y la dominación.





Bibliografía.

Álvarez Leguizamón, Sonia (2008): "La producción de la pobreza masiva y su persistencia en el pensamiento social latinoamericano". En: Cimdamore, Alberto y Cattani, Antonio (coord.): Producción de pobreza y desigualdad en América Latina, Bogotá, Siglo del Hombre y CLACSO. Bogotá.

Amin, Samir (2005): Las luchas campesinas y obreras frente a los desafíos del siglo XXI. El porvenir de las sociedades campesinas y la reconstrucción del frente unido de los trabajadores. El Viejo Topo. España.

Aramburú, Carlos; Bedoya, Eduardo (2003) Amazonia: procesos demográficos y ambientales. Lima: Consorcio de investigación económica y social.

Bebbington, Anthony (2009): Nuevas políticas extractivas en América Latina. La paradoja de la riqueza: ¿cómo traducir rentas extractivas en desarrollo territorial? En: Bolivia Post constituyente. Tierra, territorio y autonomías indígenas. Fundación Tierra. La Paz.

Bourdieu, Pierre (1997): Outline of a Theory of Practice. Cambridge. London.

Cardoso, F y Faletto, Enzo (2007): Dependencia y desarrollo en América Latina. Siglo Veintiuno. México. D.F.

Cimdamore, Alberto y Cattani, Antonio (2008b): La construcción de la pobreza y la desigualdad en América Latina. CLACSO. Siglo del Hombre Editores. Bogotá.

Deininger, Klaus (2005): Acceso a la tierra, desarrollo y reducción de la pobreza. Banco Mundial. Alfaomega. Bogotá.

Escobar, Arturo (1998): La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Editorial Norma. Bogotá.

_____ (2001); Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. En: Political Geography 20 139–174. Department of Anthropology, University of North Carolina, Chapel Hill NC, USA. www.elsevier.com/locate/polgeo

_____ (2000): "El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?", en Lander, Edgardo (comp): La colonialidad del saber: eurocentrismo y



ciencias sociales. CLACSO. Buenos Aires.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>.

_____ (2005): Más allá del tercer mundo. Globalización y diferencia. ICANH-Universidad del Cauca. Bogotá.

_____ Pedroza, Alvaro (1996): Pacífico: ¿desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano. CEREC, Ecofondo. Bogotá.

Foucault, Michel (1992): Preguntas a Michel Foucault sobre la geografía. En: Microfísica del poder. La Piqueta. Madrid.

Harvey, David (1998): La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Biblioteca de comunicación, cultura y medios. Amorrortu editores. Buenos Aires.

_____ Espacios del Capital, Hacia una geografía crítica, Madrid, Ediciones Akal S.A., 2007.

Latouche, Serge (2003): Decrecimiento y posdesarrollo. El pensamiento creativo contra la economía del absurdo. El Viejo Topo. España.

_____ (2007): Sobrevivir al desarrollo. De la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. Icaria. Barcelona.

Leff, Enrique (2000): Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. Siglo veintiuno editores. México.

_____ (2004): Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza. Siglo veintiuno editores. México.

Mançano Fernández, Bernardo (2009): Cuestión Agraria: conflictualidad y Desarrollo territorial, Land Research Action Network, 16.05.10, en http://www.landaction.org/spip/IMG/pdf/La-cuestion-agraria_Bernardo-Mancano-Fernandes.pdf.



Martínez-Alier, Joan (1999): "Economía ecológica como ecología humana" en Ricaldi Arévalo, Tania (comp): La economía ecológica: Una nueva mirada a la ecología humana. Centro de Estudios Superiores Universitarios Universidad Mayor de San Simón. Plural editores – CID. Cochabamba.

_____ (2004): El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración. ICARIA. Barcelona.

Porto-Gonçalves (2001): Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Siglo Veintiuno. México, DF.

_____ (2003): "A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. En: Seoane, José. Movimientos sociales y conflictos en América Latina. CLACSO. Buenos Aires. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>

_____ (2008): "De saberes e de territorios: diversidad e emancipação a partir da experiencia latino-americana", en Ceceña, Ana Esther (coord.): De los saberes de la emancipación y de la dominación. CLACSO. Buenos Aires.

_____ (2009): "Del desarrollo a la autonomía: la reinención de los territorios". En: Revista Memoria 238, Octubre- Noviembre 2009. México.

Santos, Boaventura de Sousa (2008a): Conocer desde el Sur, para una política emancipatoria. CLACSO, CIDES-UMSA, Plural Editores. Buenos Aires.

_____ (coord.) (2008b): Pensar el Estado y la sociedad: desafíos actuales. CLACSO, CIDES-UMSA, Muela del Diablo, Comunas. La Paz.

Santos, Milton (2000): La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción. Editorial Ariel. Barcelona.

Serge, Margarita (2010): Desarrollo y conflicto: territorios, recursos y paisajes en la historia oculta de proyectos y políticas. Universidad de los Andes, CESO. Bogotá.

Shiva, Vandana (2008): Los monocultivos de la mente. Editorial Fineo. México D.F.



Soja, Edward W (1997): “El tercer espacio. Ampliando el horizonte de la imaginación geográfica”, en Geographikós, Número 8, 2do semestre de 1997. Entrevista por Albino, Sandra y Barsky, Andrés.

